O comportamento da estrutura patrimonial de grandes bancos privados diante do recente ciclo de crédito no Brasil — 2002-05*

Giuliano Contento de Oliveira**

Graduado e Mestre em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Doutorando em Economia no IE-Unicamp e Professor de Economia da PUC-SP e da Universidade Mackenzie.

Resumo

A partir do segundo semestre de 2003, os empréstimos realizados pelos bancos no País aumentaram significativamente, movimento que tem implicado mudanças importantes na estrutura patrimonial dos grandes bancos privados no Brasil. Nessa perspectiva e à luz do referencial teórico pós-keynesiano, este artigo discute como a recente recuperação do crédito bancário tem modificado a estrutura patrimonial dos 10 maiores bancos privados do País.

Palavras-chave: estrutura patrimonial; grandes bancos; teoria pós-keynesiana.

Abstract

Since the second semester of 2003, the bank loans in the country increased significantly, condition that generated important changes in the patrimonial structure of the big banks of the private sector in Brazil. In this perspective, and based on the post-keynesian theory, the article discusses as the recent recovery of the bank loans affected the patrimonial structure of the ten big banks of the private sector in the country.

1 Introdução

A partir do segundo semestre de 2003, passou-se a observar um processo de recuperação do crédito no Brasil, o que tem implicado mudanças importantes na estrutura patrimonial dos grandes bancos privados do País. Este artigo discute, à luz do referencial pós-keynesiano, como o ciclo de crédito recente tem modificado a estrutura patrimonial dos 10 maiores bancos privados operantes no Brasil.¹

^{*} Artigo recebido em 07 dez. 2006.

^{**} E-mail: giulianoliveira@uol.com.br
O autor agradece o apoio do Mack-Pesquisa, que contribuiu
para a realização de aprimoramentos deste artigo.

A opção por restringir a análise aos bancos privados partiu da premissa de que essas instituições estiveram recorrentemente na vanguarda do processo de inovações, mostrando-se altamente ágeis no que diz respeito aos ajustes necessários ante as novas oportunidades percebidas de lucro, porque não subordinadas aos demais interesses que não os estritamente relacionados ao processo de acumulação e valorização da riqueza sob a forma monetária (Paula, 1997).

O artigo está dividido em cinco itens, incluindo esta **Introdução**. No item 2, discute-se o comportamento dos bancos em economias monetárias da produção, à luz do referencial teórico pós-keynesiano. No item 3, discorre-se brevemente sobre a fonte e a metodologia de análise dos dados, enquanto, no 4, à luz do referencial teórico desenvolvido, analisa-se o comportamento da estrutura patrimonial de 10 grandes bancos privados operantes no País ante o recente ciclo de crédito. Por fim, no último item é apresentada a **Conclusão**.

2 Comportamento dos bancos em economias monetárias da produção

Na perspectiva pós-keynesiana, os bancos são entendidos enquanto agentes ativos que não se subordinam às vontades de seus depositantes e às determinações das autoridades monetárias.² A conduta operacional dessas instituições é fortemente influenciada pela percepção dos banqueiros em relação ao futuro, resultante de um conjunto de expectativas composto por fatores de ordens objetivas e subjetivas (Dymski, 1988; Paula; Alves Jr., 2003). De acordo com Keynes (1971, p. 23, tradução nossa, grifos nossos):

Então o comportamento de cada banco [...] será governado pelo comportamento médio do sistema bancário como um todo — média para a qual, no entanto, ele é hábil para contribuir com sua quota pequena ou grande. Cada presidente de banco em sua sala de estar pode-se considerar como um instrumen-to passivo de forças externas sobre as quais não exerce controle; entretanto as "forças externas" podem ser nada mais do que ele próprio e seu "fellow-chairmen", e certamente não seus depositantes.

O portfólio do banco está sujeito a mudanças permanentes, onde sua composição será expressão da sua escala de preferência por liquidez em dado momento³. A escolha de ativos pelos bancos ocorre, pois, sob contexto de incerteza.⁴ A liquidez passa a ser entendida como uma questão de grau⁵, onde rendimentos monetários e não monetários podem ser combinados numa classe ou num conjunto de ativos, diante da existência de uma ampla diversidade de aplicações que apresentam diferentes níveis de liquidez e rentabilidade e que podem ser combinados de diversas maneiras (Carvalho, 1999).

O retorno total oferecido por um ativo é determinado pelos valores assumidos por quatro atributos, denominados por Keynes (1985, p. 159) de: (a) taxa de rendimento que se espera obter pelo uso ou pela posse de um ativo, q; (b) custo de manutenção ou carregamento do ativo, c; (c) prêmio de liquidez do ativo, que corresponde ao rendimento monetário de que as pessoas abrem mão em razão da conveniência ou segurança oferecida pela liquidez, 1; (d) apreciação ou depreciação do valor de mercado do ativo, a. De modo que a taxa própria de juros de cada classe de ativos é dada pela seguinte equação:

$$a+q-c+1$$

A partir da combinação desses atributos, os bancos conformam os seus respectivos portfólios. O grau de preferência entre retornos monetários, sob a forma de rendimentos (q-c) ou de ganhos de capital (a), e não monetários (l) irá depender de um determinado estado de expectativas dessas instituições em relação ao futuro, 6 num ambiente de incerteza. Logo, as decisões dos bancos serão tomadas à luz do trade-off retornos monetários versus não monetários.

No que compete ao lado esquerdo do balanço, o dilema do banqueiro é a proporção em que ele irá dividir seus recursos entre os diferentes tipos de ativos disponíveis mais ou menos líquidos e não o quanto ele irá

² Sobre os fundamentos da escola pós-keynesiana, ver Carvalho (1989) e Minsky (1993).

³ Sobre a relação entre preferência por liquidez e escolha de portfólio, ver também Oreiro (1999).

⁴ Isso acontece porque numa economia onde o prêmio de liquidez de um bem (a moeda), cujas elasticidades de produção e substituição são desprezíveis, é superior ao seu custo de

manutenção, movimentos imprevistos podem ocorrer em razão de mudanças bruscas da demanda por esse bem, gerada pela reversão do nível geral de expectativas dos atores econômicos. Estas últimas, cumpre reiterar, são formadas num ambiente de incerteza. Sobre o papel da incerteza na economia, ver Ferrari Filho e Araújo (2000), Garner (1982) e Neal (1996).

⁵ De acordo com Keynes (1985, p. 166) "[...] talvez seja útil insistir sobre o fato [...] de que a 'liquidez' e os 'custos de manutenção' são, ambos, questão de grau e que é unicamente na importância da primeira em relação aos últimos que reside a peculiaridade da moeda".

⁶ Todos os ativos existentes na economia devem necessariamente possuir a mesma taxa de juros própria de equilíbrio *exante*, uma vez que o processo de arbitragem atua no sentido de mitigar as possíveis diferenças entre o retorno de diferentes ativos. Portanto, sendo os ativos i e j, a condição de equilíbrio será dada por: a_i + q_i - c_i + l_i = a_j + q_j - c_j + l_j, para todo e qualquer i e j (Carvalho et al., 2000).

emprestar no agregado. Nesse contexto, a oferta de crédito não é determinada passivamente pela demanda, posto que a demanda por crédito é satisfeita apenas se os bancos assim o desejarem, caso as suas expectativas em relação à capacidade de pagamento futuro do empréstimo pelo mutuário e à manutenção do valor do colateral forem otimistas e se a natureza das suas obrigações emitidas permitir (Keynes, 1971a, p. 59).

Mas tão importante quanto a composição do portfólio do banco é a forma pela qual a compra dos ativos é financiada. Essas instituições administram dinamicamente as suas obrigações, seja para escapar das restrições regulatórias impostas pela autoridade monetária, seja para concorrer pela captação de recursos com os demais bancos. Portanto, a decisão estratégica de balanço do banco é procedida com base na escolha entre quanto e quais tipos de ativos comprar e quanto e quais tipos de obrigações emitir, escolha esta que é orientada de acordo com a percepção de risco e de oportunidades de lucro vislumbradas pelos bancos em cada momento (Carvalho, 1999; Freitas, 1997).

A administração estratégica do ativo e do passivo bancário dá-se de forma interdependente. Os bancos não apenas criam depósitos mediante a emissão de dívidas contra si próprios, mas também estão continuamente buscando captar recursos, de modo a conformar o seu passivo de acordo com as suas necessidades operacionais de portfólio. Sob contexto de baixa incerteza em relação ao futuro e de inexistência de outras classes de ativos menos arriscados que permitam o alcance da rentabilidade esperada, os bancos optam por um conjunto de ativos cujo retorno monetário seja elevado e cujo prêmio de liquidez seja baixo, como operações de crédito, a despeito dos maiores riscos de juros, liquidez e crédito aos quais ficarão sujeitos.⁷

Essas instituições realizam, permanentemente, uma análise comparativa entre os retornos esperados de cada tipo de aplicação com a taxa própria de juros (retorno) de todos os demais ativos que possam compor o seu respectivo portfólio. Por isso, mesmo havendo demanda por empréstimos, os bancos podem optar por não a atender, especialmente quando da existência de aplicações mais atrativas face o contexto vigente de expectativas.

No âmbito do passivo, no ciclo expansivo, os bancos buscam captar recursos mediante o oferecimento de produtos que economizem reservas e, assim, aumentem a quantidade disponível de recursos para empréstimos. E isso é realizado a partir do emprego de instrumentos que influenciem a escala de preferência dos depositantes, do manejo das taxas de juros dos depósitos a prazo⁸ e da introdução de inovações financeiras (Paula; Alves Jr., 2003; Freitas, 1997).

Sob alta incerteza, por outro lado, os bancos preferem reter uma classe de ativos que privilegie o retorno não monetário ou o prêmio de liquidez, como moeda e títulos de curto prazo,⁹ que fornecem segurança e possuem custo de carregamento desprezível.¹⁰ O aumento da proporção entre ativos mais e menos líquidos em carteira dá-se mediante a substituição das operações ativas de mais longa maturação por aquelas de maior liquidez e menores risco e prazo. No que compete às obrigações, o banco empenhará políticas destinadas a aumentar o seu capital próprio, reduzindo o seu grau de alavancagem.

Portanto, os bancos comportam-se ativamente, exercendo um papel de transformação da realidade, ao invés de adaptação. O negócio dessas instituições é tirar proveito de oportunidades percebidas de lucro. De acordo com Minsky (1986, p. 225-226, tradução nossa):

Banco é um negócio dinâmico e inovador de fazer lucro. Banqueiros ativamente buscam construir suas fortunas através de ajusta-

⁷ No que concerne às operações de empréstimos, a incerteza é em relação à capacidade futura de pagamento do mutuário (principal mais juros), de modo que contempla não apenas o ambiente macroeconômico vindouro, mas todos os vetores que exercem influência sobre a capacidade dos devedores de honrarem seus compromissos, com destaque para a liquidez do colateral e para a eficiência do sistema de exigibilidades de garantias. O risco de juros ocorre em razão da possibilidade de uma variação da taxa de mercado tornar o spread bancário negativo, implicando prejuízos ao banco; o risco de liquidez deriva da possibilidade de descasamento entre as operações ativas e passivas dos bancos e é aumentado nas fases expansivas dos ciclos de negócios, quando os bancos dilatam os prazos de suas aplicações com base em obrigações de curto termo; já o risco de crédito corresponde à possibilidade de o mutuário não honrar os seus compromissos com o banco.

⁸ Em geral, sobre os depósitos a prazo, incidem menores compulsórios do que sobre os à vista.

⁹ Enquanto a moeda é líquida par excellence, representando a própria liquidez, os ativos líquidos são aqueles cujo tempo requerido para os negociar é pequeno e cuja possibilidade de mudança de seus preços é baixa. Mas, diferentemente da moeda, os ativos financeiros não monetários apresentam rendimentos positivos e são sujeitos, mesmo que em baixa medida, a variações de preços, a despeito de o custo de carregamento ser pequeno.

¹⁰ É importante chamar atenção para a importância da estabilidade de preços para que o custo de carregamento da moeda não seja superior ao prêmio de liquidez.

mento de seus ativos e passivos, isto é, de suas linhas de negócios, para tirar vantagem de oportunidades percebidas de lucro. Este ativismo do banqueiro afeta não somente o volume e a distribuição de "finance" mas também o comportamento cíclico dos preços, da renda e do emprego.

3 Fonte e metodologia de análise dos dados

Os dados que são analisados nos itens seguintes, relacionados ao crédito e à estrutura patrimonial dos bancos no Brasil, foram coletados no *site* do Banco Central do Brasil (www.bcb.gov.br). Em relação aos dados de crédito, cumpre observar que, a partir de novembro de 2005, passaram a ser incorporadas novas modalidades nas séries de crédito com recursos livres e direcionados¹¹ (Banco Central do Brasil, 2005).

Com isso, a soma das modalidades de crédito, que resultava no conceito "operações de crédito com recursos livres", estabelecidas pela Circular nº 2.957, de 30.12.1999, a partir de novembro, passou a ser denominada "crédito referencial para taxas de juros", por servir de base ao cálculo dos juros e *spreads* bancários e pelo fato de, doravante, não mais constituir a totalidade dos empréstimos com recursos livres no País (Banco Central do Brasil, 2005).

Para a análise da estrutura patrimonial dos grandes bancos do Brasil no período 2002-05, foram coletados os dados contábeis das 10 maiores instituições financeiras (IFs) privadas do País, sob a ótica do ativo total deduzido da intermediação, na posição de dezembro de 2005. Os 10 bancos privados selecionados constituem um conjunto heterogêneo de instituições, uma vez que contempla quatro bancos privados nacionais (Bradesco, Itaú, Safra e Votorantin), cinco bancos privados com controle estrangeiro (ABN AMRO, Santander Banespa, HSBC, Citibank e BankBoston) e um banco privado com participação estrangeira (Unibanco).

A partir dos dados contábeis dessas instituições, foram calculados indicadores selecionados, com periodicidade semestral, nas posições de junho e dezembro de cada ano. Também se realizou complementarmente a análise de alguns indicadores de resultados, cujos valores nos meses de junho e dezembro de cada ano correspondem ao acumulado de janeiro a junho e de julho a dezembro respectivamente. Cumpre salientar, ainda, que todos os bancos selecionados correspondem às instituições financeiras do tipo conglomerado, ou seja, em cuja composição se verifica ao menos uma instituição do tipo banco comercial ou banco múltiplo com carteira comercial. Os Gráfico 1 a 4 e 15 tabelas são apresentadas no final do artigo.

4 Comportamento da estrutura patrimonial de grandes bancos privados ante a recente recuperação do crédito no Brasil — 2002-05

Conforme se pode observar no Gráfico 1, a partir de fins de 1994 e início de 1995, passado o período imediatamente posterior à estabilização monetária, a relação crédito/PIB passou a entrar numa evidente trajetória de queda, com inflexões pontuais de pouco fôlego, interrompidas ora por reversões do ambiente macroeconômico, como em 1996-97, em virtude dos impactos da crise asiática, ora por gargalos que dificultaram a sustentação de um quadro prolongado de expectativas otimistas em relação ao futuro, como no ano 2000, em decorrência da crise energética. ¹² Foi apenas no período mais recente, a partir de meados de 2003, que o crédito passou a crescer de forma mais prolongada na comparação com os movimentos anteriores de recuperação (Gráficos 1 e 2).

Essa expansão dos empréstimos bancários tem sido puxada principalmente pelo aumento das operações de crédito com recursos livres, que, em dezembro de 2005, correspondiam a dois terços do crédito total, o equivalente a R\$ 404,8 bilhões. O Gráfico 3 mostra a evolução dos empréstimos direcionados, livres e

¹¹ No segmento direcionado, passou-se a contabilizar os empréstimos realizados pelas cooperativas de crédito rural, além de terem ocorrido mudanças relacionadas às operações do BNDES, cuja carteira de empréstimos começou a incorporar os financiamentos rurais e os destinados ao setor público. No segmento livre, operou-se a incorporação dos dados das sociedades de arrendamento mercantil, das cooperativas de crédito, de um item denominado "outros" e dos financiamentos rurais não direcionados (Banco Central do Brasil, 2005).

Sobre o comportamento dos bancos após o Plano Real, ver Carvalho (1998), Paula e Alves Jr. (2003a) e Paula, Alves Jr. e Marques (2001). Sobre o processo de fragilização de grandes bancos após o Plano Real, ver Carvalho e Oliveira (2002).

referenciais para a taxa de juros, a preços de dez./05 e sob a forma de número-índice, utilizando como base dez.//03 = 100 e como deflator o IPCA. Os dados mostram o ritmo diferenciado de expansão entre os empréstimos com recursos direcionados e com recursos livres: enquanto os primeiros tiveram um crescimento real de 9,3% no interregno dez./03-dez./05, os empréstimos livres subiram 39,23%, e o crédito referencial para taxa de juros, 27,6%. No Gráfico 4, observa-se que o crescimento real dos empréstimos com recursos livres se mostrou bem mais vigoroso nas operações com pessoas físicas do que nas com pessoas jurídicas, no intervalo abrangido

A atuação dos grandes bancos no nicho de crédito ao consumidor resultou num movimento de parcerias entre essas instituições e grandes e médias redes varejistas, bem como de aquisição de instituições. Os grandes bancos buscaram, com isso, aumentar as suas carteiras de financiamento ao consumo. Essas parcerias têm crescido em ritmo acelerado desde o segundo semestre de 2003, proporcionando aos bancos uma carteira de clientes com históricos conhecidos, ganhos de escala e popularização de seus serviços junto a um público cativo por recursos e, muitas vezes, não bancarizado. Enfim, essa estratégia tem permitido aos bancos aumentarem os empréstimos num curto espaço de tempo e sob custos bem menores do que seriam incorridos mediante expansão orgânica. Por outro lado, proporciona às redes de varejo maiores vendas, em virtude de melhores condições de financiamento aos clientes, em termos tanto de prazo quanto de juros praticados junto aos mutuários (Bancos..., 2004).

A disputa dos grandes bancos privados do Brasil pelo crédito massificado também tem sido estendida para o campo da aquisição de financeiras e de bancos com nicho de mercado no crédito ao consumo, ou para a esfera da realização de contratos de cessão de crédito com instituições de pequeno e médio portes. ¹³ Para os pequenos e médios bancos que realizaram as parcerias, tornou-se possível não apenas a sustentação das operações ativas, mas o atendimento de um maior contingente de clientes, estratégia que seria restringida pelos parâmetros estabelecidos no Acordo da Basiléia (Bancos..., 2004a). Já os grandes bancos que realizaram

parcerias ou aquisições de instituições, ou simplesmente "locaram" as carteiras de crédito de bancos que operavam no nicho de financiamento ao consumo, potencializaram o crescimento de suas carteiras de crédito e passaram a ter nova capacidade de geração de negócios, a partir de uma plataforma de relacionamento mais estreito com o público-alvo.

Importa destacar que o crescimento do crédito no período recente tem implicado mudanças significativas na estrutura patrimonial dos grandes bancos privados, no Brasil. De acordo com o referencial pós-keynesiano, por serem instituições ativas que buscam acumular e valorizar a riqueza sob a forma monetária, os bancos realizam mudanças permanentes em seus balanços, cuja composição reflete o seu grau de preferência por liquidez em dado momento. Num contexto de perspectivas positivas em relação ao futuro, os bancos reorientam os seus ativos em direção a uma estrutura patrimonial menos líquida, privilegiando retornos monetários em detrimento de retornos não monetários.

Nessa perspectiva, as mudanças observadas na estrutura patrimonial dos bancos no Brasil, no período recente, podem ser interpretadas à luz do referencial teórico pós-keynesiano. Conforme se observa na Tabela 1, as operações de crédito e arrendamento mercantil em relação ao ativo total de todas as instituições que compõem a amostra registraram significativo aumento no período considerado, com especial destaque para os bancos estrangeiros. O Banco ABN AMRO, que comprometia 35,6% do ativo com operações de crédito e arrendamento em jun./02, em dez./05 alcançava a marca de 49,1%. Considerando a média dos 10 maiores bancos, observa-se que a relação analisada passa de 30,4% no início da série ao pico de 36,4% no final do período.

A contrapartida do aumento do crédito dos grandes bancos privados do Brasil consistiu na redução da proporção do ativo destinada às aplicações em títulos e valores mobiliários (TVM), aqui somadas às aplicações em derivativos, ou na manutenção da relação indicada em patamar inferior à média do conjunto da amostra, com exceção do HSBC e do Citibank, que aumentaram ligeiramente a exposição relativa em TVM entre o início e o fim do período considerado.

Decorre, portanto, que os grandes bancos privados, no Brasil, estão trocando liquidez por rentabilidade (Tabela 2). Os casos dos Bancos Bradesco, Unibanco e Votorantin são elucidativos: de uma exposição da ordem de 19,2%, 27,4% e 75,8% em jun./02 passaram para 9,9%, 15,8% e 37,8% em dez./05, respectivamente. Considerando a média dos 10 bancos da amostra, a redução da relação TVM e instrumentos derivativos/ativo

¹³ Esse processo foi acelerado após a intervenção no Banco Santos, que dificultou a captação de recursos por parte dos pequenos e médios bancos, diante da menor disposição dos investidores institucionais em comprar seus CDBs e suas cotas de fundos de recebíveis, levando-os a realizar parcerias com outras instituições (Parcerias..., 2005).

total alcançou 10,3 pontos percentuais em jun./02-dez.//05, passando de 32,7%, para 22,5%.

A Tabela 3 apresenta a relação disponibilidades/ativo total para o conjunto dos grandes bancos privados. Observa-se que, em 2002, a relação se encontrava em nível elevado para a maioria das instituições da amostra, considerando o nível do indicador no período subseqüente, refletindo uma posição mais líquida dessas instituições, possivelmente em razão do cenário de incerteza que marcou o ano eleitoral.

Os bancos reduziram o grau de liquidez do ativo, optando por maior rentabilidade. Mas, a despeito da adoção de um comportamento operacional mais agressivo, a estratégia adotada pelos bancos no interregno considerado não tem sido acompanhada por um processo de fragilidade patrimonial (Tabela 4), apesar de algumas instituições terem apresentado redução da participação do capital próprio em relação ao total do ativo. Considerando a média do conjunto de instituições selecionadas, o indicador passou de 10,2% para 10,0% entre o início e o final do interregno analisado. Essa conclusão é reforçada pelo Índice de Basiléia, que, no Brasil, deve ser superior a 11% (Tabela 5). Decorre que o ciclo de crédito recente não tem implicado fragilização patrimonial dos grandes bancos privados da amostra.

Conforme já discutido, para operar uma política de crédito expansiva, há a necessidade de execução de uma política ativa não apenas do lado esquerdo do balanço, mas também e notadamente do lado do passivo, de modo a amparar e a potencializar o aumento dos empréstimos. Não significa que os bancos precisam primeiro captar para depois emprestar, mas, sim, que, quanto maior for o prazo de maturação e quanto menores forem os níveis de reservas das obrigações emitidas, maior será a capacidade dessas instituições de sustentarem a expansão dos empréstimos, conforme sugerido pelo referencial teórico pós-keynesiano.

Como se pode observar na Tabela 6, oito das 10 instituições analisadas apresentaram aumento dos depósitos totais em relação ao passivo total, entre jun.//02 e dez./05, a saber: Itaú, Unibanco, Santander, ABN, HSBC, Votorantim, Citibank e Bankboston. O Banco ABN, que registrou a maior exposição em crédito entre os 10 maiores bancos privados do País, no período considerado, foi a instituição que obteve o maior aumento da relação depósito/passivo, que passou de 34,0%, para 60,8% no interregno; já os bancos Bradesco e Safra apresentaram relativa estabilidade do indicador na comparação jun.//02-dez./05. Todo esse movimento revela a política ativa empenhada por essas instituições na administração de

suas respectivas obrigações, ante o recente ciclo de crédito no Brasil.

A segregação dos depósitos à vista, de poupança e a prazo em relação aos depósitos totais torna ainda mais evidente a administração dinâmica do passivo executada pelos grandes bancos privados no Brasil, no período recente (Tabelas 7, 8 e 9). A maior exposição em crédito induz os bancos a privilegiarem obrigações com prazos de maturação mais alongados, como depósitos de poupança e a prazo, em detrimento de obrigações de curto prazo, como depósitos à vista. Na Tabela 7, observa-se que seis dos 10 bancos selecionados reduziram a parcela dos depósitos à vista no período (Unibanco. Santander, ABN, HSBC, Votorantim e Citibank), enquanto os demais praticamente mantiveram a mesma exposição. Para a média dos 10 maiores bancos, constata-se que a participação dos depósitos à vista em relação aos depósitos totais caiu de 16,1% em jun./02 para 13,5% em dez./05.

É interessante notar a capacidade reativa dessas instituições quanto ao manejo de suas obrigações. Conforme discutido, os bancos buscam influenciar a escala de preferências dos depositantes, de sorte a configurar a sua estrutura de obrigações nos termos exigidos pelas suas operações ativas. Essa prática fica evidente a partir da análise conjunta das Tabelas 7, 8 e 9. Em jun./02, a autoridade monetária elevou o recolhimento compulsório dos depósitos de poupança de 15% para 20%, o que, associado à obrigatoriedade de destinar 65% do total dos depósitos para financiamento imobiliário, implicou um redirecionamento imediato das formas de captação de recursos pelos bancos no Brasil. Em jun.-dez./02, dos nove bancos que oferecem o produto na amostra, sete reduziram a captação de recursos via poupança, sendo que o Santander apresentou ligeiro aumento, com apenas o Citibank tendo escapado a esse movimento (Tabela 8).

Em contrapartida, no mesmo interregno, a maioria dos bancos selecionados aumentou a captação de depósitos à vista, a despeito do estabelecimento de compulsório adicional remunerado de 8% aos 45% de recolhimento não remunerado então estabelecidos (Tabela 7). Observa-se, ainda, que, não obstante o aumento do compulsório sobre os depósitos a prazo — de 10% para 15% —, realizado também em jun./02, a captação de recursos mediante essa modalidade aumentou em cinco dos 10 grandes bancos privados selecionados, em vista

¹⁴ É importante salientar que, atualmente, além do compulsório, 25% dos depósitos à vista são obrigatoriamente direcionados para operações de financiamento rural, e 2%, para o microcrédito.

da menor alíquota relativa de recolhimento compulsório e da não-obrigatoriedade de direcionamentos.

Movimento inverso pode ser constatado no período dez./02-jun./03, intervalo no qual se realizou um aumento do compulsório sobre os depósitos à vista de 45% para 60%, acrescido de um adicional de 8% de recolhimento remunerado. Pode-se verificar, agora já sob a execução de uma política de crédito expansiva por parte dos bancos no País, uma redução da proporção dos depósitos à vista em relação aos depósitos totais para nove dos 10 bancos selecionados, em paralelo a um aumento dos depósitos a prazo em boa parte das instituições, de modo a liberar e a potencializar mais recursos para empréstimos pelo lado das obrigações (Tabelas 7 e 9).

Apresenta-se notório o aumento da participação dos depósitos a prazo entre o início e o fim do intervalo considerado. Oito dos 10 grandes bancos selecionados registraram, sob diferentes intensidades, aumento da relação depósito a prazo/depósito total (Tabela 9). Somente o Votorantim e apenas sensivelmente o Citibank apresentaram recuo da razão indicada. Nesses dois casos, contudo, o comportamento dos depósitos a prazo, no período considerado, pode ser explicado pela opção dessas instituições de ampliarem a parcela dos depósitos interfinanceiros (Tabela 10).

Houve também um aumento importante das captações no mercado aberto em proporção ao passivo total para a maioria dos bancos (Tabela 11). Embora o comportamento da relação, ao longo do interregno contemplado, seja um tanto errático, pode-se observar que o início do ciclo de crédito expansivo ensejou uma atuação mais ativa dessas instituições na captação de recursos via mercado aberto. O mesmo não se pode dizer das obrigações por empréstimos e repasses, que, em proporção ao passivo total, apresentaram queda na maioria dos bancos (Tabela 12).

Os indicadores analisados evidenciam que os grandes bancos privados do Brasil têm empenhado uma política de crédito expansiva, acompanhada de uma política ativa na gestão do passivo, alongando os prazos de maturação das obrigações e arbitrando de modo permanente sobre as diferentes formas de obtenção de recursos, à luz das taxas de captação e das reservas exigidas. Essa conduta dos bancos empenhada nos últimos anos tem operado no sentido de reduzir a participação das receitas com TVM na receita de intermediação financeira, com exceção do Citibank, e de aumentar a proporção das receitas de crédito, considerando o período jun./02-dez./05, movimento que tem elevado os ganhos dessas instituições (Tabelas 13, 14 e 15).

5 Conclusão

A partir do segundo semestre de 2003, deu-se início a uma clara recuperação do crédito bancário no País, movimento que tem atuado no sentido de inverter a trajetória descendente da relação crédito/PIB observada após o Plano Real. A retomada dos empréstimos tem sido liderada pelas operações destinadas às pessoas físicas, com forte crescimento do crédito consignado com desconto em folha de pagamento. Contudo também tem crescido em modalidades importantes dos recursos destinados às empresas. Esse movimento tem implicado mudanças importantes na estrutura patrimonial dos grandes bancos privados que operam no Brasil.

Neste artigo, procura-se interpretar esse processo à luz do referencial pós-keynesiano. Constatou-se que, nos últimos anos, os bancos têm optado por retornos monetários em detrimento do prêmio de liquidez, o que pode ser evidenciado a partir da maior exposição dos grandes bancos privados do Brasil em operações de crédito, cuja contrapartida tem sido a redução da participação das operações de TVM nas aplicações dessas instituições. Esse processo tem repercutido em termos de resultados: para a maioria dos bancos selecionados, houve significativa redução das receitas com TVM e expressiva elevação das receitas com operações de crédito.

A análise da estrutura patrimonial dos bancos no período recente evidenciou a habilidade dessas instituições no manejo de suas operações ativas e passivas, no intuito de viabilizar novas oportunidades de ganhos. Do lado do ativo, a maioria dos grandes bancos privados substituiu parte das operações com TVM por operações de crédito, empenhando uma política agressiva de parcerias com grandes e médias redes de varejo e com bancos cujo nicho de atuação é o financiamento ao consumo. Além disso, diversas instituições pequenas e médias com foco no crédito ao consumidor foram adquiridas pelos grandes bancos, evidenciando a reação imediata dessas instituições diante de novas oportunidades percebidas de lucro. No âmbito do passivo, os grandes bancos aumentaram a participação das captações de maior maturação e arbitraram continuamente com diferentes tipos de obrigações, de modo a escapar das restrições impostas pela autoridade monetária e, assim, liberar mais recursos para a realização de empréstimos.

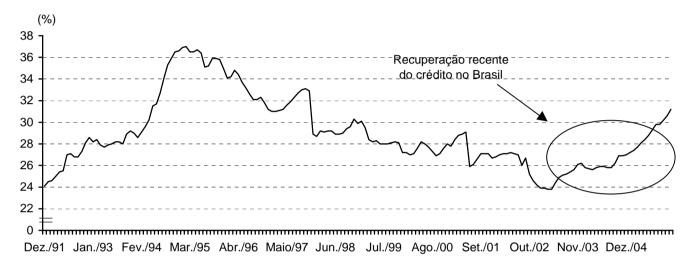
Enquanto instituições que objetivam acumular e valorizar riqueza sob a forma monetária, os bancos atuam de modo pró-cíclico, potencializando tanto os períodos

de expansão quanto os de depressão. Nesse sentido, propõe-se a realização de estudos que busquem discutir

a sustentabilidade do recente processo de recuperação do crédito no País.

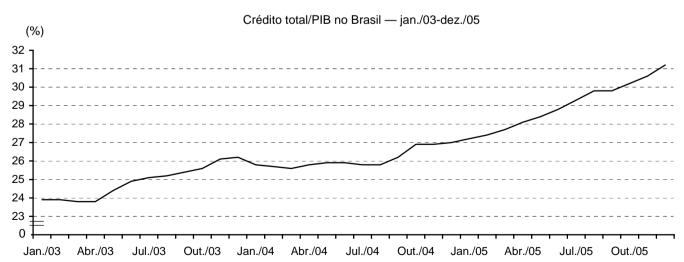
Gráfico 1

Crédito total/PIB, pela metodologia antiga, no Brasil — dez./91-dez./05



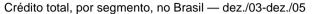
FONTE DOS DADOS BRUTOS: BANCO CENTRAL DO BRASIL. Séries temporais. Disponível em: http://www.bcb.gov.br. Acesso em: 05 jan. 2006. NOTA: Os índices têm como base dez./03 = 100.

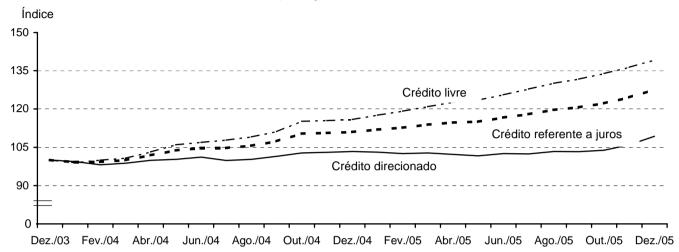
Gráfico 2



FONTE DOS DADOS BRUTOS: BANCO CENTRAL DO BRASIL. Séries temporais. Disponível em: http://www.bcb.gov.br. Acesso em: 05 jan. 2006. NOTA: Os índices têm como base dez./03 = 100.

Gráfico 3



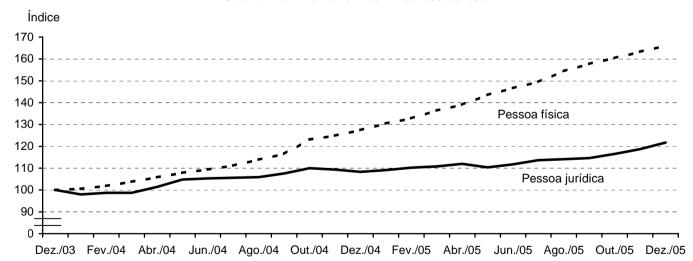


FONTE DOS DADOS BRUTOS: BANCO CENTRAL DO BRASIL. Séries temporais. Disponível em: http://www.bcb.gov.br. Acesso em: 05 jan. 2006.

NOTA: Os índices têm como base dez./03 = 100.

Gráfico 4

Crédito livre PF e PJ no Brasil — dez./03-dez./05



FONTE DOS DADOS BRUTOS: BANCO CENTRAL DO BRASIL. Séries temporais. Disponível em: http://www.bcb.gov.br. Acesso em: 05 jan. 2006. NOTA: Os índices têm como base dez./03 = 100.

Tabela 1

Operações de crédito em relação ao ativo total, nos 10 maiores bancos privados do Brasil — 2002-05

(%)

BANCOS	JUN/02	DEZ/02	JUN/03	DEZ/03	JUN/04	DEZ/04	JUN/05	DEZ/05	MÉDIA
Bradesco	39,4	35,4	34,0	31,3	34,6	37,7	39,7	44,0	37,0
Itaú	29,6	31,2	33,3	30,7	32,5	30,9	30,4	31,9	31,3
Unibanco	36,3	30,5	36,3	37,6	34,5	39,0	41,0	40,8	37,0
Santander Banespa	22,1	23,3	24,2	24,9	25,0	28,3	29,7	29,7	25,9
ABN AMRO	35,6	41,1	39,8	42,5	42,5	45,1	46,1	49,1	42,7
Safra	33,7	37,9	31,0	34,8	34,5	35,1	35,3	32,1	34,3
HSBC	32,8	30,2	35,9	43,5	38,4	42,4	36,6	37,6	37,2
Votorantim	13,7	13,3	14,4	16,8	16,2	19,2	23,5	25,8	17,9
Citibank	23,9	26,0	24,8	27,7	20,5	28,6	25,1	26,8	25,4
Bankboston	28,7	34,2	34,9	35,7	34,1	34,1	33,6	34,9	33,8
Média dos 10 maiores	30,4	30,4	31,1	32,8	32,3	34,7	35,3	36,4	32,9

FONTE DOS DADOS BRUTOS: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **50 maiores bancos e o consolidado do sistema financeiro nacional**. Disponível em: http://www.bcb.gov.br. Acesso em: 05 jan. 2006.

Tabela 2

TVM e instrumentos financeiros derivativos em relação ao ativo total, nos 10 maiores bancos privados do Brasil — 2002-05

(%)

BANCOS	JUN/02	DEZ/02	JUN/03	DEZ/03	JUN/04	DEZ/04	JUN/05	DEZ/05	MÉDIA
Bradesco	19,2	13,5	13,8	16,6	16,2	16,8	14,8	9,9	15,1
Itaú	18,0	18,6	18,5	17,0	15,3	13,4	11,6	12,3	15,6
Unibanco	27,4	21,7	20,6	16,9	17,7	13,4	12,5	15,8	18,3
Santander Banespa	41,8	37,7	33,1	36,3	31,1	35,7	32,5	33,6	35,2
ABN AMRO	31,0	23,6	20,8	24,1	20,2	23,9	23,2	19,7	23,3
Safra	27,5	13,3	24,2	21,9	17,5	26,2	26,2	26,9	23,0
HSBC	21,2	22,9	18,1	19,2	19,6	24,6	22,4	23,9	21,5
Votorantim	75,8	58,4	49,9	44,5	28,2	39,5	46,5	37,8	47,6
Citibank	30,0	29,7	25,9	26,7	40,0	28,9	27,4	32,3	30,1
Bankboston	16,4	16,5	12,5	9,9	10,8	13,8	16,2	14,4	13,8
Média dos 10 maiores	32,7	26,2	24,9	24,6	20,7	24,2	23,7	22,5	24,9

(%)

4.5

2,6

Média dos 10 maiores

Tabela 3

Disponibilidades em relação ao ativo total, nos 10 maiores bancos privados do Brasil — 2002-05

BANCOS JUN/02 MÉDIA DEZ/02 JUN/03 DEZ/03 JUN/04 DEZ/04 JUN/05 DEZ/05 Bradesco 1,9 2,3 1,3 1,6 1,5 1,8 1,9 2,0 1,8 Itaú 2,4 1,7 1,5 1,5 1,7 1,4 1,9 1,5 1,4 Unibanco 1,9 1,4 1,2 1,5 1,4 2,0 1,4 1,3 1,5 Santander Banespa 6,2 1,6 1,2 1,5 2,1 1,3 1,0 1,9 2,1 ABN AMRO 2,2 2,0 2,2 2,2 2,8 2,2 2,3 2,4 2,3 Safra 16,3 5,1 4,7 8,6 10,4 8,8 5,3 3,0 7,8 HSBC 4,9 5,1 2,9 3,3 6,1 2,0 1,8 1,8 1,6 Votorantim 0.0 0.0 0.1 0.1 0.0 0.1 0.4 0,1 0,1 Citibank 3,9 4,1 1,8 4,3 3,0 3,4 2,4 2,2 3,1 Bankboston 1,1 1,3 2,8 1,4 7,9 3,4 4,4 3,9 3,3

FONTE DOS DADOS BRUTOS: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **50 maiores bancos e o consolidado do sistema finan- ceiro nacional**. Disponível em: http://www.bcb.gov.br. Acesso em: 05 jan. 2006.

2,4

2.6

2.4

1,9

1,9

2,6

Tabela 4

Patrimônio líquido em relação ao ativo total, nos 10 maiores bancos privados do Brasil — 2002-05

2,1

		Totação ao	alivo total,			, privadoo e	Braon		(%)
BANCOS	JUN/02	DEZ/02	JUN/03	DEZ/03	JUN/04	DEZ/04	JUN/05	DEZ/05	MÉDIA
Bradesco	9,5	9,0	9,5	9,2	9,4	10,3	11,1	11,7	10,0
Itaú	13,0	10,0	12,2	11,6	12,2	13,0	12,2	12,0	12,0
Unibanco	10,7	9,4	11,5	11,6	11,0	11,4	11,6	11,2	11,1
Santander Banespa	10,2	10,8	14,4	13,5	12,2	12,8	11,9	8,7	11,8
ABN AMRO	14,3	15,9	15,6	15,4	15,0	15,1	13,8	12,4	14,7
Safra	8,1	9,0	9,8	9,2	8,9	8,9	9,1	7,7	8,8
HSBC	6,0	5,5	6,2	7,2	6,5	7,8	6,6	7,3	6,6
Votorantim	9,7	9,3	9,3	9,5	8,6	9,0	8,8	9,0	9,2
Citibank	11,1	13,1	15,9	16,2	10,6	13,2	10,6	12,2	12,9
Bankboston	6,5	9,9	11,6	13,1	14,6	13,6	11,3	9,4	11,3
Média dos 10 maiores	10,2	9,8	11,1	10,9	10,5	11,0	10,6	10,0	10,5

Tabela 5 Índice de Basiléia nos 10 maiores bancos privados do Brasil — 2002-05

BANCOS	JUN/02	DEZ/02	JUN/03	DEZ/03	JUN/04	DEZ/04	JUN/05	DEZ/05	MÉDIA
Bradesco	14,3	17,9	16,4	19,9	18,1	18,8	18,2	17,3	17,6
Itaú	15,7	17,1	17,1	20,2	19,8	20,1	17,9	16,7	18,1
Unibanco	13,4	15,7	16,7	18,6	16,7	16,3	16,1	15,6	16,2
Santander Banespa	13,6	15,1	16,4	18,1	16,4	17,0	15,6	14,1	15,8
ABN AMRO	15,0	15,7	14,6	19,6	18,4	19,3	17,5	15,2	16,9
Safra	12,1	16,7	13,2	15,6	13,8	15,4	13,9	13,1	14,2
HSBC	12,3	12,9	12,3	14,4	13,2	14,0	12,8	14,3	13,3
Votorantim	15,4	19,6	20,1	22,1	19,9	17,5	14,3	15,9	18,1
Citibank	14,7	19,2	14,5	20,9	15,8	14,8	13,8	12,3	15,7
Bankboston	11,9	14,9	16,9	21,3	23,9	22,5	19,1	14,7	18,2

FONTE DOS DADOS BRUTOS: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **50 maiores bancos e o consolidado do sistema financeiro nacional**. Disponível em: http://www.bcb.gov.br. Acesso em: 05 jan. 2006.

Tabela 6

Depósito total em relação ao passivo total, nos 10 maiores bancos privados do Brasil — 2002-05

(%) MÉDIA **BANCOS** JUN/02 DEZ/02 JUN/03 DEZ/03 JUN/04 DEZ/04 JUN/05 DEZ/05 Bradesco 45,8 46,5 43,1 39,6 44,3 46,3 45,5 45,7 44,6 Itaú 33,7 36,7 34,9 34,1 32,4 34,2 32,1 35,4 34,2 Unibanco 36.7 37,1 40,3 41,0 41,0 46,6 47,1 43,5 41,7 Santander Banespa 29,4 35,5 35,5 31,9 28,9 34,4 35,2 35,3 33,3 ABN AMRO 34,0 43,3 46,4 49,1 46,0 54,7 56,1 60,8 48,8 Safra 30,9 24,3 22,7 22,6 28,6 25,5 24,4 23,9 25,4 HSBC 47,8 52,0 61,4 57,6 60,1 67,1 60,0 61,2 58,4 Votorantim 40,4 39.0 35,3 35,3 35,7 44,3 33,3 42,7 38,3 Citibank 4,8 5,2 27,4 25,0 5,2 6,1 10,6 26,6 13,9 Bankboston 10,1 14,3 13,9 17,0 15,9 14,4 13,5 18,1 14,7 Média dos 10 maiores 37,3 39,8 40,1 39,3 38,6 42,9 42,9 43,6 40,6

Tabela 7

Depósitos à vista em relação aos depósitos totais, nos 10 maiores bancos privados do Brasil — 2002-05

(%)

BANCOS	JUN/02	DEZ/02	JUN/03	DEZ/03	JUN/04	DEZ/04	JUN/05	DEZ/05	MÉDIA
Bradesco	19,6	23,6	20,3	22,2	21,1	22,3	20,9	21,2	21,4
Itaú	22,1	26,4	19,9	25,7	25,9	26,1	23,7	24,6	24,3
Unibanco	12,6	12,4	12,8	10,5	9,9	9,6	10,0	10,7	11,1
Santander Banespa	17,2	17,8	16,3	20,2	17,8	17,4	14,0	14,2	16,9
ABN AMRO	19,2	21,2	15,5	14,5	14,3	13,6	12,1	12,2	15,3
Safra	8,8	10,7	10,3	15,3	11,8	12,2	10,7	11,1	11,4
HSBC	27,4	23,9	19,6	19,8	16,6	15,4	13,0	13,7	18,7
Votorantim	2,2	2,1	0,7	0,6	0,6	0,4	0,3	0,3	0,9
Citibank	64,9	63,2	60,2	60,6	28,0	16,9	22,1	21,8	42,2
Bankboston	30,0	37,4	35,2	44,7	42,0	42,3	43,1	37,4	39,0
Média dos 10 maiores	16,1	17,3	14,4	16,1	14,8	14,6	13,1	13,5	15,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **50 maiores bancos e o consolidado do sistema financeiro nacional**. Disponível em: http://www.bcb.gov.br. Acesso em: 05 jan. 2006.

Tabela 8

Depósitos de poupança em relação aos depósitos totais, nos 10 maiores bancos privados do Brasil — 2002-05

	pariya om i			.0.0.0, 1100					(%)	
BANCOS	JUN/02	DEZ/02	JUN/03	DEZ/03	JUN/04	DEZ/04	JUN/05	DEZ/05	MÉDIA	
Bradesco	37,0	36,6	36,4	38,0	34,9	36,1	34,2	34,7	36,0	
Itaú	55,5	45,1	47,3	47,2	48,6	45,5	41,7	38,3	46,1	
Unibanco	22,7	21,7	22,1	22,7	20,2	17,5	15,8	15,3	19,8	
Santander Banespa	21,5	21,8	22,6	23,0	22,0	20,2	17,9	16,0	20,6	
ABN AMRO	38,0	33,8	26,7	23,7	23,7	21,4	18,2	16,0	25,2	
Safra	11,0	10,7	11,7	8,5	9,4	5,3	4,8	4,0	8,2	
HSBC	16,2	12,7	11,6	10,3	8,0	6,9	5,9	5,6	9,7	
Votorantim	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Citibank	9,7	13,1	14,6	12,3	4,6	2,2	1,8	2,0	7,5	
Bankboston	30,2	28,6	32,3	26,3	30,5	29,1	32,9	22,3	29,0	
Média dos 10 maiores	25,2	22,8	22,3	21,7	20,9	19,1	17,3	16,3	20,7	

Tabela 9

Depósitos a prazo em relação aos depósitos totais, nos 10 maiores bancos privados do Brasil — 2002-05

		,							(%)
BANCOS	JUN/02	DEZ/02	JUN/03	DEZ/03	JUN/04	DEZ/04	JUN/05	DEZ/05	MÉDIA
Bradesco	43,1	39,7	43,2	39,7	43,9	41,5	44,7	43,6	42,4
Itaú	20,0	27,0	30,6	23,6	22,6	26,2	32,8	35,0	27,2
Unibanco	64,5	65,6	64,8	65,7	69,2	72,5	73,9	73,9	68,8
Santander Banespa	60,9	60,0	61,0	56,7	59,9	61,9	67,8	68,7	62,1
ABN AMRO	41,6	44,5	57,4	59,5	59,9	63,2	68,5	70,4	58,1
Safra	71,6	77,8	70,6	54,6	54,6	58,5	63,7	77,5	66,1
HSBC	55,8	62,5	68,6	68,7	75,2	77,5	80,9	80,4	71,2
Votorantim	95,8	94,3	94,3	90,7	89,1	83,7	84,6	80,7	89,1
Citibank	25,1	23,1	24,5	18,1	61,5	70,6	65,0	65,6	44,2
Bankboston	36,5	32,5	27,8	27,0	23,8	21,0	19,5	35,5	28,0
Média dos 10 maiores	56,7	58,9	61,3	57,4	59,3	60,6	64,6	66,2	60,6

FONTE DOS DADOS BRUTOS: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **50 maiores bancos e o consolidado do sistema financeiro nacional**. Disponível em: http://www.bcb.gov.br. Acesso em: 05 jan. 2006.

Tabela 10

Depósitos interfinanceiros em relação aos depósitos totais, nos 10 maiores bancos privados do Brasil — 2002-05

(%)

BANCOS	JUN/02	DEZ/02	JUN/03	DEZ/03	JUN/04	DEZ/04	JUN/05	DEZ/05	MÉDIA
Bradesco	0,3	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,2	0,1
Itaú	2,2	1,4	2,0	3,2	2,4	1,5	1,2	1,2	1,9
Unibanco	0,3	0,2	0,3	1,1	0,7	0,4	0,3	0,1	0,4
Santander Banespa	0,4	0,3	0,0	0,1	0,2	0,4	0,1	0,8	0,3
ABN AMRO	1,1	0,5	0,4	1,9	1,7	1,4	0,9	1,2	1,1
Safra	8,6	0,8	7,3	21,6	24,2	23,9	20,5	7,3	14,3
HSBC	0,6	0,9	0,2	1,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,4
Votorantim	2,0	3,6	5,0	8,8	10,4	15,9	15,1	19,0	10,0
Citibank	0,0	0,0	0,0	8,4	5,2	9,7	10,9	10,2	5,6
Bankboston	2,3	0,5	3,3	0,8	2,0	5,9	1,8	2,6	2,4
Média dos 10 maiores	1,9	1,0	1,9	4,7	5,0	5,5	4,8	3,7	3,6

(%)

(%)

Média dos 10 maiores

13,8

11,6

Tabela 11

Captações no mercado aberto em relação ao passivo total, nos 10 maiores bancos privados do Brasil — 2002-05

BANCOS	JUN/02	DEZ/02	JUN/03	DEZ/03	JUN/04	DEZ/04	JUN/05	DEZ/05	MÉDIA
Bradesco	7,8	13,1	14,0	22,3	11,5	15,5	13,4	15,1	14,1
Itaú	14,9	11,0	11,4	15,3	11,4	13,4	13,3	15,8	13,3
Unibanco	11,5	19,5	8,7	11,3	14,1	10,4	8,5	13,6	12,2
Santander Banespa	7,4	10,6	7,0	13,5	15,4	16,5	15,7	23,5	13,7
ABN AMRO	7,2	1,4	1,8	4,5	3,3	4,3	3,7	3,9	3,8
Safra	11,0	15,4	18,6	22,4	7,8	23,3	20,3	30,4	18,6
HSBC	1,9	1,7	2,0	2,7	2,6	3,9	10,3	11,4	4,6
Votorantim	16,7	22,4	24,6	31,3	39,4	35,5	22,7	23,0	27,0
Citibank	4,2	4,8	6,1	5,5	6,5	8,3	1,2	2,3	4,9
Bankboston	15,5	7,8	10,1	11,0	16,8	24,9	24,3	21,0	16,4
Média dos 10 maiores	9,8	11,9	11,0	15,4	13,2	15,3	13,5	17,1	13,4

FONTE DOS DADOS BRUTOS: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **50 maiores bancos e o consolidado do sistema financeiro nacional**. Disponível em: http://www.bcb.gov.br. Acesso em: 05 jan. 2006.

Tabela 12

Obrigações por empréstimos e repasses em relação ao passivo total, nos 10 maiores bancos privados do Brasil — 2002-05

BANCOS JUN/02 JUN/05 MÉDIA DEZ/02 JUN/03 DEZ/03 JUN/04 DEZ/04 DEZ/05 Bradesco 14.5 13.3 10.9 10.1 11.6 10.8 9.6 10.0 11,3 Itaú 11,2 13,4 12,1 11,5 11,5 8,3 6,4 6,2 10,1 Unibanco 17,7 15,3 15,9 14,4 13,2 11,1 10,7 11,1 13,7 Santander Banespa 19,5 12,0 13,0 14,0 14,9 11,9 9,0 13,0 9,4 ABN AMRO 7,4 8,1 6,2 7,5 9,7 10,1 6,0 6,2 7,6 Safra 22,4 11,2 9.7 14,7 16,1 14,4 9.6 7,4 13,2 HSBC 13,8 14,9 9,6 9,5 9,8 6,2 5,7 6,4 9,5 Votorantim 5,4 5,1 2.6 3,6 4.8 4,6 5,3 8,3 5,0 30,0 22,7 20,4 Citibank 29,3 25,4 17,3 12,9 12,1 13,0 Bankboston 35,3 37,0 30,5 28,5 21,0 17,7 15,7 18,7 25,6

FONTE DOS DADOS BRUTOS: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **50 maiores bancos e o consolidado do sistema financeiro nacional**. Disponível em: http://www.bcb.gov.br. Acesso em: 05 jan. 2006.

10,9

11,5

9,4

10,2

7,8

8,1

10,4

Tabela 13

Receita com TVM em relação à receita de intermediação, nos 10 maiores bancos privados do Brasil — 2002-05

(%)

BANCOS	JUN/02	DEZ/02	JUN/03	DEZ/03	JUN/04	DEZ/04	JUN/05	DEZ/05	MÉDIA
Bradesco	26,6	30,5	29,6	32,2	25,2	24,5	22,4	21,9	26,6
Itaú	25,2	32,1	34,2	34,1	27,1	22,4	16,8	20,4	26,5
Unibanco	36,1	50,1	9,0	28,2	27,1	24,2	21,8	21,3	27,2
Santander Banespa	72,3	82,2	31,6	41,3	55,0	32,5	43,8	38,6	49,7
ABN AMRO	36,1	34,2	8,7	25,0	19,0	19,3	17,3	17,2	22,1
Safra	49,9	51,0	43,3	40,5	30,6	27,1	29,2	30,3	37,7
HSBC	50,4	45,2	14,2	21,0	21,3	18,1	21,0	27,6	27,3
Votorantim	53,7	92,6	83,2	79,4	55,2	65,2	45,6	47,5	65,3
Citibank	28,1	26,3	83,6	52,6	42,5	87,3	50,8	33,7	50,6
Bankboston	40,9	28,8	56,3	41,9	34,1	46,1	34,7	27,0	38,7
Média dos 10 maiores	43,8	52,2	31,7	37,7	32,6	29,2	27,2	28,1	35,3

FONTE DOS DADOS BRUTOS: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **50 maiores bancos e o consolidado do sistema financeiro nacional**. Disponível em: http://www.bcb.gov.br. Acesso em: 05 jan. 2006.

Tabela 14

Receita de crédito e arrendamento mercantil em relação a receita de intermediação financeira nos 10 maiores bancos privados do Brasil — 2002-05

(%)

BANCOS	JUN/02	DEZ/02	JUN/03	DEZ/03	JUN/04	DEZ/04	JUN/05	DEZ/05	MÉDIA
Bradesco	65,0	56,5	58,7	57,4	62,5	59,6	58,0	65,9	60,5
Itaú	68,7	56,9	57,7	56,2	66,9	57,5	65,5	70,2	62,5
Unibanco	61,7	59,1	71,8	66,0	67,6	64,1	68,7	71,1	66,3
Santander Banespa	37,2	28,7	41,0	45,9	44,5	46,8	41,8	49,9	42,0
ABN AMRO	57,3	53,7	87,4	76,6	73,0	83,7	75,4	73,5	72,6
Safra	58,1	67,5	68,0	63,7	71,3	78,9	81,6	77,3	70,8
HSBC	54,4	64,6	56,2	66,4	72,2	67,2	67,8	65,4	64,3
Votorantim	27,2	24,3	38,3	31,9	38,8	34,5	41,8	44,3	35,1
Citibank	50,8	42,0	113,7	58,7	43,4	116,6	76,6	60,5	70,3
Bankboston	44,0	38,1	50,7	45,8	52,6	75,5	73,0	60,9	55,1
Média dos 10 maiores	53,7	51,4	59,9	58,0	62,1	61,6	62,6	64,7	59,2

Tabela 15

Lucro líquido em relação ao patrimônio líquido, nos 10 maiores bancos privados do Brasil — 2002-05

(%) MÉDIA **BANCOS** JUN/02 DEZ/02 JUN/03 DEZ/03 JUN/04 DEZ/04 JUN/05 DEZ/05 11,0 9.4 Bradesco 8.7 10.0 8.2 9.2 13.0 15.0 14.9 Itaú 9,0 11,7 13,5 3,0 13,5 19,2 15,4 16,4 12,7 Unibanco 7,2 7,9 7,6 9,9 7,6 8,1 8,7 10,7 8,5 Santander Banespa 21,1 25,0 13,3 8,5 10,1 9,7 11,4 9,4 13,6 ABN AMRO 7,5 7,7 1,6 2,9 6,1 1,6 3,7 7,6 4,8 Safra 9,1 8,1 7,4 8,9 12,7 11,3 9,7 10,0 9,6 HSBC 6.0 8.2 4.2 9,3 12.4 11,1 15.0 9,6 10.4 Votorantim 16.2 13.2 12.1 10.8 12.5 8.0 16.0 12.1 11.2 Citibank 20.1 25,1 -6,3 2.3 -2.2 -9.2 -1.2 7.6 4,5 Bankboston 10,5 -11,2 5,2 10,9 15.4 11.0 5,0 -1.8 1,5 Média dos 10 maiores 10,1 12,1 9,7 7,6 9,5 10,8 10,6 11,9 10,3

FONTE DOS DADOS BRUTOS: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **50 maiores bancos e o consolidado do sistema financeiro nacional**. Disponível em: http://www.bcb.gov.br. Acesso em: 05 jan. 2006.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **50 maiores bancos e o consolidado do sistema financeiro nacional**. Disponível em: http://www.bcb.gov.br. Acesso em: 05 jan. 2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Nota para a imprensa — política monetária e mercado aberto**. Brasília: Banco Central, nov. 2005. Disponível em: http://www.bcb.gov.br. Acesso em: 05 jan. 2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Séries temporais**. Disponível em: http://www.bcb.gov.br. Acesso em: 05 jan. 2006.

BANCOS encontram no varejo alternativas para a rede de agências. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 17 maio 2004. Finanças e Mercados, Caderno B, p. 1.

BANCOS miram carteiras de consumo. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 14 dez. 2004a. Finanças e Mercados, Caderno B, p. 1.

CARVALHO, Carlos Eduardo; OLIVEIRA, Giuliano Contento de. Fragilização de grandes bancos no início do Plano Real. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 69-84, jan./jun. 2002.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de et al. **Economia monetária e financeira:** teoria e prática. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 1-15, p. 41-59 e p. 252-273.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de. Fundamentos da escola pós-keynesiana: a teoria de uma economia monetária. In: AMADEO, Edward J. (Org.). **Ensaios sobre economia política moderna:** teoria e história do pensamento econômico. São Paulo: Marco Zero, 1989. p. 179-194.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de. On banks' liquidity preference. In: DAVIDSON, Paul; KREGEL, Jean (Ed.). **Full employment and price stability in a global economy**. Cheltenham: Edward Elgar, 1999. (mimeo).

CARVALHO, Fernando J. Cardim de. The real stabilization plan and the banking sector in Brazil. **Banca Nazionale Del Lavoro Quarterly Review**, Roma, v. 51, n. 206, p. 291-326, Sept 1998.

DYMSKI, Gary A. A keynesian theory of bank behavior. **Journal of Post Keynesian Economics**, New York, vol. 10, n. 4, p. 499-526, Summer 1988.

FERRARI FILHO, Fernando; ARAÚJO, Jorge Paulo de. Caos, incerteza e teoria pós-keynesiana. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 163-182, 2000.

FREITAS, Maria Cristina P. A natureza da concorrência bancária e seus efeitos sobre a estabilidade financeira. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 8, p. 51-83, jun.1997.

FREITAS, Maria Cristina P. A natureza da concorrência bancária e seus efeitos sobre a estabilidade financeira. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 8, p. 51-83, jun.1997.

GARNER, C. Alan. Uncertainty, human judgment, and economic decisions. **Journal of Post Keynesian Economics**, New York, v. 4, n. 3, p. 413-424, Spring 1982.

KEYNES, J. M. A treatise on money: the pure theory of money. In: ROYAL ECONOMIC SOCIETY. **The collected writings of John Maynard Keynes**. New York: Cambridge University Press, 1971. v. 5, p. 3-43 e p. 217-230.

KEYNES, J. M. A treatise on money: the applied theory of money. In: ROYAL ECONOMIC SOCIETY. **The collected writings of John Maynard Keynes**. New York: Cambridge University, 1971a. v. 6, p. 43-69.

KEYNES, J. M. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas). 333p.

MINSKY, Hyman P. The essential characteristics of post-keynesian economics. New York: The Jerome Levy Economics Institute, 1993. (mimeo).

MINSKY, Hyman P. **Stabilizing an unstable economy**. New Haven: Yale University, 1986. p. 223-253.

NEAL, Penny. Keynesian uncertainty in credit markets. **Journal of Post Keynesian Economics**, New York, v. 18, n. 3, p. 397-418, Spring 1996.

OREIRO, J. L. C. Preferência pela liquidez e escolha de portfólio. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 17, n. 32, p. 87-108, 1999.

PARCERIAS vão predominar no segmento financeiro. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 17 mar. 2005. Finanças e Mercados, Caderno B, p.1.

PAULA, Luiz Fernando R. de. **Comportamento dos bancos em alta inflação**: teoria e experiência brasileira recente. 1997. 189 f. Tese (Doutorado em Economia) — Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

PAULA, Luiz Fernando R. de; ALVES JR., Antonio José. Banking behaviour and the brazilian economy after the Real Plan: a post-keynesian approach. **Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review**, Roma, v. 56, n. 227, p. 337-365, Dec 2003a.

PAULA, Luiz Fernando R. de; ALVES JR., Antonio José. Comportamento dos bancos, percepção de risco e margem de segurança no ciclo minskiano. **Análise Econômica**, v. 21, n. 39, p. 137-162, mar. 2003.

PAULA, Luiz Fernando R. de; ALVES JR., Antonio José; MARQUES, Maria Beatriz Leme. Ajuste patrimonial e padrão de rentabilidade dos bancos privados no Brasil durante o Plano Real (1994/98). **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-310, abr./jul. 2001.